

Periodizações em Psicologia na Argentina e no Brasil: um estudo comparado

Ana Maria Jacó-Vilela¹

Filipe Degani-Carneiro²

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos³

Rodolfo Luis Leite Batista⁴

Resumo

O artigo apresenta um estudo comparado entre a periodização da psicologia na Argentina, proposta por Hugo Klappenbach (2006), e três periodizações brasileiras, elaboradas por Isaías Pessotti (1988), Mitsuko Antunes (1998) e Fernanda Pereira e André Pereira Neto (2003). Adotando como matriz metodológica a história comparada, o trabalho analisa os critérios que orientam a construção de cada periodização, os marcos históricos mobilizados para definir inícios e rupturas e as concepções implícitas sobre o que constitui a psicologia como campo. A análise revela convergências substantivas entre as duas trajetórias nacionais – como a influência inicial da psicologia clínico-experimental francesa, o papel indutor do Estado no desenvolvimento da psicologia aplicada, sob regimes de perfil nacional-desenvolvimentista, a criação dos cursos de formação superior e os debates sobre a regulamentação profissional nas décadas de 1950 e 1960 e o impacto das ditaduras militares sobre a institucionalização do campo. Ao mesmo tempo, enquanto as propostas brasileiras enfocam suas análises na institucionalização universitária ou profissional da psicologia, a periodização argentina nomeia seus períodos a partir dos conteúdos teórico-práticos dominantes em cada fase. Conclui-se que periodizar é um ato historiográfico seletivo e que estudos comparados contribuem para uma compreensão mais crítica e situada do desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão na América Latina.

Palavras-chave: história da psicologia no Brasil; história da psicologia na Argentina; periodização; história comparada; América Latina

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jaco.ana@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: filipedegani@uerj.br

³ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais & Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino. E-mail: allucham@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: rodolfoforllb@gmail.com

Periodizations in Psychology in Argentina and Brazil: A Comparative Study

Abstract

This article presents a comparative study of the periodization of psychology in Argentina, as proposed by Hugo Klappenbach (2006), and three Brazilian periodizations developed by Isaías Pessotti (1988), Mitsuko Antunes (1998), and Fernanda Pereira and André Pereira Neto (2003). Drawing on comparative history as its methodological framework, the study examines the criteria underlying each periodization, the historical landmarks used to define beginnings and ruptures, and the implicit conceptions of what constitutes psychology as a field. The analysis reveals significant convergences between the two national trajectories, including the early influence of French clinical-experimental psychology, the inductive role of the state in fostering applied psychology under developmentalist regimes, the establishment of higher education programs and debates over professional regulation in the 1950s and 1960s, and the impact of military dictatorships on the institutionalization of the field. At the same time, whereas the Brazilian proposals emphasize the university and professional institutionalization of psychology, the Argentine periodization defines its periods in terms of the dominant theoretical and practical orientations of each phase. The article concludes that periodization is a selective historiographical practice and that comparative approaches contribute to a more critical and context-sensitive understanding of the development of psychology as a science and profession in Latin America.

Keywords: history of psychology in Brazil; history of psychology in Argentina; periodization; comparative history; Latin America

Periodizaciones en Psicología en Argentina y Brasil: Un estudio comparado

Resumen

El artículo presenta un estudio comparativo de la periodización de la psicología en Argentina, propuesta por Hugo Klappenbach (2006), y tres periodizaciones brasileñas, elaboradas por Isaías Pessotti (1988), Mitsuko Antunes (1998) y Fernanda Pereira y André Pereira Neto (2003). A partir de la historia comparada como marco metodológico, el trabajo examina los criterios que orientan la construcción de cada periodización, los hitos históricos utilizados para definir inicios y rupturas, y las concepciones implícitas de lo que constituye la psicología como campo. El análisis revela convergencias significativas entre ambas trayectorias nacionales, tales como la influencia inicial de la psicología clínico-experimental francesa, el papel inductor del Estado en el desarrollo de la psicología aplicada bajo regímenes de carácter nacional-

desarrollista, la creación de programas de educación superior y los debates sobre la regulación profesional en las décadas de 1950 y 1960, así como el impacto de las dictaduras militares en la institucionalización del campo. Al mismo tiempo, mientras que las propuestas brasileñas enfatizan la institucionalización universitaria o profesional de la psicología, la periodización argentina define sus períodos en función de los contenidos teóricos y prácticos dominantes en cada fase. Se concluye que la periodización es una práctica historiográfica selectiva y que los estudios comparativos contribuyen a una comprensión más crítica y contextualizada del desarrollo de la psicología como ciencia y profesión en América Latina.

Palabras clave: historia de la psicología en Brasil; historia de la psicología en Argentina; periodización; historia comparada; América Latina

Introdução

Este trabalho tem por objetivo comparar a periodização da Psicologia na Argentina, conforme proposta pelo pesquisador Hugo Klappenbach (2006) – em artigo publicado na *Revista de Historia de la Psicología*, cujos vinte anos estão sendo comemorados este ano – com periodizações elaboradas por pesquisadores brasileiros acerca da Psicologia no Brasil. É, portanto, continuidade de trabalhos que vêm sendo realizados, objetivando compreender melhor o desenvolvimento da Psicologia nos dois países, a exemplo de Beria et al. (2025), Klappenbach e Jacó-Vilela (2016), Piñeda e Batista (2026), Piñeda e Jacó-Vilela (2015) e Vasconcellos (2017). Neste sentido, adota-se uma perspectiva de história comparada, por ser uma ferramenta analítica que permite estabelecer relações entre contextos históricos distintos, a partir do levantamento de suas semelhanças e

diferenças, a fim de elucidar tanto suas conexões quanto suas especificidades.

Considera-se que Marc Bloch (1886-1946), um dos fundadores da Escola dos Annales, realizou um dos primeiros estudos de história comparada em *Os reis taumaturgos*, publicado originalmente em 1924. Bloch (1924/1993) se afasta do modelo historiográfico centrado em documentos oficiais e analisa o caráter sagrado atribuído aos reis da França e da Inglaterra, que, durante séculos, eram considerados capazes de curar doenças por meio do toque. Em artigo originalmente publicado em 1928, Bloch (1928/1998) estabeleceu alguns fundamentos para este tipo de história. Assim, para ele, a história comparada consiste na busca sistemática de semelhanças e diferenças entre fenômenos históricos que devem guardar entre si tanto proximidade – geográfica, cultural ou cronológica – quanto distinção, a fim de

que a comparação seja significativa. A comparação implica a construção de um problema comum, isto é, a formulação de questões equivalentes dirigidas aos diferentes contextos.

Jurgen Kocka (1993/2014) aponta que a utilidade da comparação histórica (em relação a estudos focados em apenas um contexto) consiste na possibilidade de revelar questões e problemas negligenciados e não conhecidos. Além disso, as comparações relativizam determinados aspectos de particularidade ou excepcionalidade de fatos históricos (como as afirmações sobre “pioneirismo”) e permitem identificar mecanismos causais. Kocka assinala ainda que os estudos comparados têm ganhado renovado interesse nas últimas décadas a partir dos aportes da história transnacional e das histórias cruzadas.

A história comparada constitui, assim, a matriz metodológica desta investigação, configurando-se como um movimento historiográfico específico que opera a partir de um “duplo campo de observação” (Barros, 2009, p. 284). Ao considerar o Brasil e a Argentina como sociedades contíguas, caracterizadas por realidades históricas aproximadas no tempo e no espaço, este artigo busca promover uma análise cruzada entre os processos de periodização da Psicologia. O confronto entre trajetórias nacionais permite não

apenas identificar similitudes e assimetrias, mas também evidenciar lacunas, deslocamentos e influências mútuas que transcendem os marcos institucionais isolados. Conforme Barros (2007):

Não se trata, obviamente, de superpor realidades nacionais ou regionais distintas para montar um quebra-cabeça a partir de manobras de superposição, ou de simplesmente historiar uma relação entre dois países. A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (p. 17).

Na análise comparativa, consideram-se os diferentes fatores envolvidos no processo de periodização da Psicologia no Brasil e na Argentina, o que implica delimitar “o que observar” e “como observar” (Barros, 2007, p.10). O objetivo não é apontar generalizações nem incorrer em uma “ilusão sincrônica” como se os países aqui enfocados “fossem unidades

estáticas imobilizadas no tempo” (Barros, 2007, p. 18). Pretende-se, assim, identificar singularidades, de modo que cada caso nacional seja apreendido em sua especificidade, permitindo que a comparação atue como uma operação historiográfica situada e contextualizada.

Desse modo, além da periodização argentina de Klappenbach (2006), no caso brasileiro foram selecionadas as periodizações propostas por Isaías Pessotti (1988), Mitsuko Antunes (1991) e Fernanda Pereira e André Pereira Neto (2003). Mais do que observar, em paralelo, as etapas ou fases propostas nessas periodizações e o *status* da Psicologia nos dois países nos mesmos períodos, busca-se analisar os marcos históricos mobilizados para definir e caracterizar tais fases, enfatizando seu caráter intrinsecamente construído e seletivo.

A periodização da História da Psicologia na Argentina de Hugo Klappenbach

Professor da *Universidad Nacional de San Luís*, Hugo Klappenbach (2006) propõe uma periodização do desenvolvimento da Psicologia na Argentina, considerando a escassez de sínteses conceituais mais abrangentes e a necessidade de uma sistematização que favoreça o estudo do campo histórico, especialmente para fins didáticos. Para o autor, a periodização tem como objetivo

servir como um mapa panorâmico, mas está sujeita a revisões, à medida que outras pesquisas empíricas modifiquem ou produzam novos conhecimentos. Assim, Klappenbach (2006) divide o desenvolvimento da psicologia na Argentina em cinco períodos principais.

1) *Psicología Clínica, Experimental e Social* (1895-1916). Embora o modelo experimental de Wilhelm Wundt (1832-1920) fosse conhecido no país, os primeiros laboratórios de Psicologia Experimental argentinos não seguiram o paradigma alemão. A elite intelectual da época tomava a França como principal referência, e o próprio conceito de “psicologia experimental” aproximava-se da tradição clínica da medicina francesa, tendo o positivismo como paradigma e sob a influência de Jean-Martin Charcot (1825-1893), Théodule Ribot (1839-1916) e Claude Bernard (1813-1878). Nesse contexto, destacam-se Horacio Piñero (1869-1919), que fundou os primeiros laboratórios em Buenos Aires no Colégio Nacional Central (1899) e na Faculdade de Filosofia e Letras (1901), concebidos prioritariamente como dispositivos complementares ao ensino das respectivas cátedras, e José Ingenieros (1877-1925), que organizou a primeira Sociedade Argentina de Psicologia (1908) e fundou a *Revista de Filosofía* (1915). Ao final do período, o pensamento de José Ingenieros

se deslocou da ênfase positivista em direção à metafísica, delineando uma transição para a fase seguinte. Cabe ressaltar que nesta fase, o conhecimento psicológico (sobretudo, por meio dos estudos sobre delito, massas e nacionalidade) serviu ao Estado como ferramenta política e social de reforma da ordem pública.

2) *Psicologia Filosófica* (1916-1941). Observa-se nesse período uma mudança de paradigma, representada especialmente pelas críticas ao cientificismo e ao reducionismo aos modelos biológicos e fisiológicos. O contexto político marcado pelo primeiro governo eleito por sufrágio universal (1916) e pela Reforma Universitária (1918) favoreceu a emergência de uma nova orientação em torno do conhecimento psicológico. Outro fator de relevo foi a estada do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955) na Argentina em 1916, cuja atuação influenciou intelectuais como Alejandro Korn (1860-1936) e Coriolano Alberini (1886-1960), catalisando a crítica ao positivismo e a revalorização da subjetividade e das abordagens filosóficas – especialmente a fenomenologia e o pensamento alemão, como Husserl, Brentano, Dilthey e Heidegger. Embora parte da historiografia tenha caracterizado esta fase como um “vazio” (em decorrência do declínio dos modelos experimentais),

Klappenbach (2006) resalta seu dinamismo institucional e editorial. Assim, a psicologia filosófica se configurou como um momento de reordenamento do conhecimento psicológico, profundamente implicado nas disputas sobre os rumos da nação, da cultura e da própria modernidade argentina. Também o golpe de Estado de 1930 e a influência do nazifascismo criaram um ambiente de dogmatismo cultural que condicionou os rumos do campo psicológico, preparando o terreno para sua reorientação aplicada.

3) *Psicotécnica e Orientação Profissional* (1941-1962). Este período foi marcado pela consolidação de práticas psicológicas voltadas à intervenção em problemas concretos da vida social, notadamente nas áreas do trabalho e da educação. As transformações econômicas e sociais da Segunda Guerra Mundial e as políticas de industrialização, urbanização e planejamento econômico geraram demanda por instrumentos de avaliação e mensuração psicológica, com vistas à adaptação dos indivíduos às exigências do mercado. Sob influência do taylorismo, a psicologia se dedicou ao diagnóstico de aptidões e à otimização do desempenho. Durante o governo peronista (1946-1955), a orientação profissional foi incorporada à Constituição de 1949 como função social legitimada pelo Estado, tendo o papel de direcionar os jovens, conforme suas

capacidades. Destacam-se as contribuições de Emilio Mira y López (1896-1964), cujos manuais sistematizaram os fundamentos técnicos da psicotécnica, e de Benjamín Aybar (1896-1970) e Plácido Horas (1916-1990), que lideraram a institucionalização da área no âmbito universitário. O Primeiro Congresso Argentino de Psicologia (Tucumán, 1954) constituiu marco decisivo, ao recomendar formalmente a criação das carreiras de psicólogo e licenciado em psicologia, viabilizando os primeiros cursos em universidades nacionais, em Rosário, Buenos Aires, San Luis, Tucumán, Córdoba e La Plata, entre 1954 e 1959. Com o declínio do Estado centralizador, o modelo tecnicista cedeu espaço a uma perspectiva clínica centrada nas demandas subjetivas.

4) *Discussão do Papel do Psicólogo e Psicologia Psicanalítica* (1962-1984). A formação dos primeiros graduados em Psicologia gerou intenso debate sobre a identidade profissional da área. Duas posições se polarizaram: a) a do psicólogo como psicanalista, sustentada por Roberto Harari (1943-2009), que considerava a psicanálise equivalente à própria psicologia, sendo o inconsciente seu objeto central e as diferentes áreas de atuação do psicólogo compreendidas como aplicações da psicanálise; b) a do psicólogo como “agente de mudança”, defendida por José Bleger (1922-1972), que atribuía à

psicologia uma função estratégica nos processos de transformação social. Embora tensas, essas posições frequentemente se articulavam, evidenciando a hegemonia psicanalítica. O behaviorismo norte-americano era rejeitado por razões ideológicas, e o conceito de comportamento foi reapropriado sob matriz francesa de cunho psicanalítico. No plano jurídico, a Lei 17.132 (1967) subordinou o exercício psicológico à supervisão psiquiátrica, proibindo a prática autônoma de psicoterapia – conflito que, paradoxalmente, impulsionou a expansão heterogênea do campo para comunidades terapêuticas, instituições escolares e psicoterapias breves. O golpe militar de 1976 interrompeu abruptamente esses debates, com fechamento de cursos, perseguição de docentes e estudantes e desaparecimento de profissionais, paralisando o desenvolvimento institucional da área até a redemocratização em 1983.

5) *Plena Institucionalização da Psicologia* (1984 em diante). A transição democrática criou condições para avanços em duas frentes: a regulamentação profissional e a retomada da tradição acadêmica. A Resolução 2447/85 ampliou as competências do psicólogo, reconhecendo sua atuação nos campos clínico, educacional, jurídico, do trabalho e socioinstitucional/comunitário, além de legitimar o exercício da psicoterapia. No

plano acadêmico, a normalização universitária impulsionou a criação de Faculdades de Psicologia autônomas, o fortalecimento da pesquisa e a inserção internacional da área, favorecida pelo retorno de profissionais exilados e pela integração a sociedades científicas internacionais. Em 1991, a criação da *Asociación de Unidades Académicas de Psicología* (AUAPsi) articulou as universidades e evidenciou limitações persistentes na formação, como a insuficiência em pesquisa e o perfil fortemente clínico. Embora a psicanálise lacaniana tenha mantido posição hegemônica, observou-se a incorporação progressiva de abordagens sistêmicas, cognitivas e da psicologia social e comunitária.

Percebe-se que a narrativa historiográfica traçada pela periodização de Klappenbach (2006) opera uma marcante articulação entre as transformações no campo psicológico e o contexto político, cultural e institucional argentino. Desse modo, a Psicologia é visualizada ora como um instrumento de ações de governo, ora como um discurso intelectual e ora como um campo profissional regulamentado, abrangendo diferentes projetos teórico-práticos em debate. Outro ponto característico na narrativa de Klappenbach (2006) é a busca por estabelecer elos entre os processos de um período ao outro – o

que permite não apenas compreender as continuidades e rupturas entre as fases, mas também entender o caráter processual do desenvolvimento da Psicologia.

A periodização da História da Psicologia no Brasil de Isaías Pessotti

O primeiro esforço de narrar a História da Psicologia no Brasil de forma periodizada pode ser encontrado nos trabalhos de Isaías Pessotti (1933-2024), professor da Universidade de São Paulo (USP). Aqui são analisados dois textos, ambos integrantes de *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios* (Antunes, 2004), coletânea que reuniu ensaios considerados os primeiros esforços de sistematização histórica do campo no país: 1) o artigo *Dados para uma História da Psicologia no Brasil* (Pessotti, 1975/2004), originalmente publicado no primeiro número da revista *Psicologia*; 2) o capítulo *Notas para uma História da Psicologia no Brasil* (Pessotti, 1988), que abre o livro *Quem é o psicólogo brasileiro?*, resultado de uma pesquisa nacional realizada pelos IV e V Plenários do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na década de 1980.

Pessotti (1975/2004) narra a institucionalização da psicologia científica no Brasil a partir do século XIX, tomando como ponto de partida as teses inaugurais das Faculdades de Medicina da Bahia e do

Rio de Janeiro (criadas em 1832). Esses trabalhos revelam a estreita relação da psicologia brasileira com os modelos patológico e experimental europeus – especialmente franceses –, articulados à Neuropsiquiatria e à Criminologia. Nas primeiras décadas do século XX, a criação de laboratórios experimentais em hospitais psiquiátricos e instituições educativas consolidou essa influência internacional. O movimento dos testes mentais assumiu papel central, substituindo progressivamente os aparelhos experimentais e respondendo ao projeto de modernização do ensino escolar. Médicos e educadores foram protagonistas conjuntos nesse processo, evidenciando a centralidade do campo educacional.

Nas décadas de 1930 e 1940, práticas de seleção e orientação – educacional, vocacional e profissional – ganharam relevância social e institucional, impulsionadas por políticas governamentais e pelo ideal de modernização via ciência. Entre as décadas de 1940 e 1960, consolidaram-se a Psicotécnica, os cursos de Orientação Educacional e as primeiras iniciativas de graduação em Psicologia, anteriores à regulamentação estabelecida pela Lei 4.119/1962.

No artigo de 1975, Pessotti esboça ideias que serão desenvolvidas no texto de 1988, no qual estabelece uma periodização. Pessotti (1988) organiza a história da

psicologia brasileira em quatro períodos, a partir de marcos cronológicos e dos debates empreendidos em cada etapa. Naquela ocasião, cerca de 25 anos após a regulamentação profissional, o autor considera que a psicologia brasileira se encontrava “madura para retratar seu estágio e pesquisar as raízes de seus aspectos atuais, o curso de sua evolução” (Pessotti, 1988, p. 18). Sua proposta distingue as etapas de constituição do campo no país a partir de seu processo de institucionalização.

1) *Período pré-institucional* (1500-1832). Caracteriza-se pela circulação de saberes psicológicos no período colonial, vinculados a discursos pedagógico-morais voltados à catequese dos indígenas. Destacam-se influências da teologia tomista, da pedagogia racionalista e do naturalismo empirista. A denominação do período decorre do fato de se tratarem de “obras desvinculadas de instituições intelectuais destinadas à Psicologia” (Pessotti, 1988, p. 18). A reconstrução desse momento apoia-se, em grande medida, na dissertação de mestrado de Marina Massimi (1984), orientada pelo próprio Pessotti.

2) *Período institucional* (1832-1934). O marco adotado é a criação das primeiras Faculdades de Medicina brasileiras, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832. Nesse contexto, a psicologia se articula à

medicina e à pedagogia, enquanto o discurso científico progressivamente suplanta a moral religiosa, com adoção de métodos experimentais e apropriação de teorias europeias e norte-americanas. Geograficamente, a produção se expande para além da Bahia e do Rio de Janeiro, alcançando São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

3) *Período universitário* (1934-1962). Aqui o marco adotado é a criação da USP. Cabe aqui a ressalva de que, embora Pessotti confira destaque à USP, ela não foi a primeira universidade criada no Brasil. O que distingue esta fase é a inserção da Psicologia como disciplina obrigatória em diversos cursos universitários, deixando de ser acessória à Psiquiatria ou à Neurologia. As principais influências teóricas são o gestaltismo alemão e o funcionalismo francófono. O período é marcado pela expansão de laboratórios, criação de sociedades científicas, vinda de professores estrangeiros e fortalecimento da influência norte-americana ao lado das tradições europeias. A partir de meados da década de 1950, surgem os primeiros anteprojetos de regulamentação profissional.

4) *Período profissional* (1962 em diante): inicia-se com a Lei 4.119/1962, que regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil. Caracteriza-se pela expansão dos cursos de graduação e pós-graduação, pela criação dos Conselhos Federal e Regionais

de Psicologia e por tensões entre o campo acadêmico e a prática profissional. Pessotti (1988) considera aqui o impacto da ditadura militar, “companheiro indesejado e persistente” (p. 28), sobre o campo psicológico, assinalando que o regime interferiu nas Universidades – destacando a dissolução do Departamento de Psicologia na Universidade de Brasília em 1965 – e favoreceu a proliferação de cursos de graduação em instituições de baixa qualidade. Observa ainda o autor que “a rigor, só agora [final da década de 1980], a Psicologia se volta decididamente para as condições socioeconômicas da população” (p. 31).

Embora, à luz da historiografia posterior, seja possível identificar imprecisões e revisões necessárias, os textos de Pessotti desempenharam papel importante, ajudando a abrir caminho para a pesquisa em História da Psicologia no Brasil (que se institucionalizaria na década seguinte). Ao mesmo tempo, carregam as marcas de um esforço autodidata, sem formação específica em pesquisa historiográfica, baseado em ampla erudição e na reunião de informações pessoais ou fornecidas por terceiros. O próprio autor reconhece limitações em sua análise, como a ênfase na USP e nos fatos relacionados à difusão da análise experimental do comportamento, bem como as dificuldades

em reunir dados sobre outros atores e instituições pioneiras.

A periodização da História da Psicologia no Brasil de Mitsuko Antunes

Na década seguinte, foi produzida outra periodização da História da Psicologia no Brasil, como resultado da tese de doutoramento de Mitsuko Aparecida Makino Antunes (1991), posteriormente publicada como o livro *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Antunes (1998) constrói, nesta obra, uma narrativa sobre a história das ideias e das ciências psicológicas no país, enfatizando sua relação com campos como a Educação, a Medicina, o Direito e as organizações de trabalho. Antunes (1998) não restringe a Psicologia a um domínio estritamente disciplinar, mas a insere em um conjunto mais amplo de práticas sociais e saberes que contribuíram para sua constituição histórica.

Ao longo do livro, Antunes (1998) assume uma perspectiva historiográfica distinta daquela adotada por Pessotti (1988), aproximando-se da história social e buscando articular aspectos internos e externos à Psicologia. Entendendo a Psicologia simultaneamente como área de conhecimento e campo de atuação, Antunes (1998) busca sistematizar a trajetória de sua

constituição no Brasil, ao mesmo tempo em que explicita seus compromissos com a sociedade na qual se insere. Essa preocupação descritiva e crítica orienta a construção de sua periodização, que não se limita à organização cronológica, mas também problematiza os vínculos entre a produção de saber psicológico e as demandas sociais. Para tanto, estabelece três grandes períodos:

1) *A preocupação com fenômenos psicológicos no período colonial* (1500-1808): Também aqui, a principal referência são as investigações de Massimi (1984).

2) *O século XIX* (1808-1889): Antunes adota um marco político para este período: a vinda da Corte portuguesa para o Brasil. Não apenas este fato altera o *status* político do Brasil e cria condições para a Independência (1822), mas também porque promove a criação de um expressivo aparato institucional, incluindo os primeiros cursos de formação superior (Faculdades de Medicina e Direito e Escolas Normais).

3) *A autonomização da psicologia científica no Brasil* (1890-1930). Outros marcos políticos delimitam esta fase: a Proclamação da República (no final de 1889) e a Revolução Liberal de 1930, que deu início à Era Vargas. Nela, surgiram os primeiros laboratórios de Psicologia Experimental – como o do Pedagogium, criado em 1906. A autora analisa o desenvolvimento da Psicologia nos campos

da Educação, da Medicina psiquiátrica e do Trabalho. Inicialmente considerada um saber auxiliar, progressivamente a Psicologia se consolida como campo científico e como prática profissional.

Em cada um desses momentos, a autora identifica personagens, obras e instituições, atentando especialmente às condições de recepção da Psicologia científica no país. Essa ênfase evidencia uma preocupação em compreender não apenas o desenvolvimento interno do campo, mas também as dinâmicas sociais que possibilitaram sua inserção e consolidação no contexto brasileiro. No entanto, a análise da fase de autonomização apresenta maior grau de detalhamento em comparação às demais.

Considerando que, à época, os estudos historiográficos da Psicologia no Brasil ainda estavam em um estágio inicial de consolidação, uma das principais contribuições de Antunes é o conceito de autonomização, entendido como o processo pelo qual a Psicologia “conquistou seu espaço próprio como área do conhecimento e campo de práticas no Brasil, atingindo sua autonomia e reconhecimento como ciência específica, em consequência da produção de ideias e práticas psicológicas no interior de outras áreas do saber” (p. 8). Tal formulação evidencia uma preocupação metodológica característica dos primeiros trabalhos da área, voltada à definição de

categorias analíticas capazes de dar conta do processo histórico de constituição da disciplina.

No entanto, observa-se que a autora adota uma lógica historiográfica centrada em eventos, apresentando ao final da obra uma cronologia que organiza marcos relevantes dessa trajetória. Além disso, a periodização termina no recorte temporal adotado pela autora na tese e, assim, não aborda a profissionalização da Psicologia no Brasil e os processos dela decorrentes. Essa lacuna indica tanto os limites enfrentados pelos estudos iniciais quanto possibilidades de aprofundamento para investigações posteriores no campo da História da Psicologia. Ainda assim, a periodização de Antunes contribuiu para maior conhecimento dos antecedentes da Psicologia no Brasil e nesse sentido, sua produção posterior – dedicada às relações entre Psicologia e Educação – aprofunda questões já delineadas nessa obra, indicando a continuidade de uma agenda de pesquisa comprometida com a análise histórica do campo (Antunes, 2006, 2011).

A periodização da profissionalização da psicologia no Brasil de Fernanda Pereira e André Pereira Neto

A proposta de periodização apresentada por Fernanda Martins Pereira e André de Faria Pereira Neto está estruturada em torno do processo de profissionalização da

Psicologia no Brasil. Foi originalmente publicada na dissertação de mestrado em História das Ciências da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, de autoria de Fernanda Pereira (2003), sob orientação de André Pereira Neto, e posteriormente publicada em artigo (Pereira & Pereira Neto, 2003).

Amparada na Sociologia das Profissões, os autores buscam refinar a periodização de Pessotti (1988), com o objetivo de compreender a organização da profissão de psicólogo no Brasil. Nessa perspectiva, entende-se profissão como um conhecimento “delimitado, complexo e institucionalizado” (Pereira & Pereira Neto, 2003, p. 20), sustentado por organizações profissionais responsáveis pela autorregulação e fiscalização do exercício profissional. Para a consolidação de uma profissão, são fundamentais tanto o reconhecimento do Estado, por meio da regulamentação legal, quanto o reconhecimento social, expresso por sua respeitabilidade no mercado de trabalho. A partir desses pressupostos, os autores estabelecem três períodos:

1) *Pré-profissional* (1833-1890). Os autores tomam como marco inicial a criação das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Tal como indicado nas periodizações anteriores, esse período é marcado predominantemente pela produção de teses de Medicina que abordavam temas

psicológicos, além de escritos provenientes de outras áreas do conhecimento, como Filosofia, Pedagogia e Teologia. Nesse momento, não havia ainda sistematização ou institucionalização do conhecimento psicológico, tampouco práticas profissionais estabelecidas.

2) *Profissionalização* (1890/1906-1975).

Esta fase corresponde ao momento em que as práticas psicológicas se institucionalizam e são criados dispositivos formais de regulamentação da profissão. Como marcos iniciais deste período, os autores consideram tanto a Reforma Benjamin Constant (1890), que instituiu o ensino de disciplinas psicológicas nos cursos das escolas normais, quanto a criação do Laboratório de Psicologia Experimental do Pedagogium (1906). Neste contexto, estabeleceram-se condições favoráveis à criação de laboratórios de psicologia experimental em instituições de formação de professores e em hospitais psiquiátricos. Tais iniciativas se articulam ao desenvolvimento de práticas profissionais, como a testagem psicológica e a psicoterapia. Destaca-se também a criação de cursos de graduação e de especialização em Psicologia antes mesmo de seu reconhecimento como profissão autônoma, bem como a progressiva delimitação de atividades profissionais. O período é ainda marcado pela inserção da Psicologia em diferentes setores do mercado de trabalho,

pela regulamentação legal da profissão e definição do currículo mínimo dos cursos de graduação (1962) e pela organização dos conselhos profissionais (1971-1974). O marco final definido é a elaboração de Código de Ética Profissional (1975):

Utilizando o referencial teórico da Sociologia das Profissões, é possível constatar que a psicologia conseguiu, em meados dos anos 1970, todos os requisitos necessários para ser considerada uma profissão: conhecimento pouco acessível e institucionalizado, mercado de trabalho formalmente assegurado e autorregulação, instituída em conselhos e códigos de ética. (Pereira & Pereira Neto, 2003, p. 25)

3) *Profissional* (1975 em diante). Por fim, o período profissional é caracterizado por expressiva expansão dos cursos de Psicologia, sobretudo em instituições privadas, e pelo maciço crescimento do número de profissionais. Nesse contexto, intensificam-se as críticas aos modelos clínicos tradicionais e observam-se influências liberais sobre a atuação profissional, além de disputas interprofissionais. O período também é marcado pela repressão decorrente da ditadura militar, que impactou diretamente as formas de organização e atuação dos psicólogos no país.

A proposta de Pereira e Pereira Neto (2003) se destaca por propor outro enfoque para a trajetória histórica da Psicologia no Brasil, centrada não nas instituições universitárias, mas profissionais. Certamente, é uma perspectiva que amplia a compreensão e desperta outras análises, ainda que se possa questionar a escolha da elaboração do Código de Ética Profissional como o marco entendido para a conclusão da profissionalização. Na década de 1960 (logo após a regulamentação e antes da criação do CFP), as entidades científicas e profissionais da Psicologia haviam construído e aprovado um anteprojeto de Código de Ética, cujo texto foi quase integralmente referendado no Código aprovado pelo CFP em 1975 (Amendola, 2014). Há ainda o risco de sobrevalorizar a criação da autarquia responsável pela fiscalização do exercício profissional como evidência da profissionalização, em detrimento do próprio processo de articulação política e institucional da categoria, ao longo das décadas de 1940 a 1970, que logrou outros feitos possíveis de ser considerados como marcos (Degani-Carneiro et al., 2022).

Convergências e Contrastes

Ao comparar as realidades de Brasil e Argentina, os dois maiores países sul-americanos, nos deparamos com uma ambivalência estrutural: são

simultaneamente países com trajetórias muito semelhantes (colonialismo ibérico, dependência cultural europeia e norte-americana, ditaduras no século XX) e muito diferentes (tamanho, idioma, composição étnica, trajetória política). No entanto, é inegável que qualquer historiador latino-americano tem muito mais a ganhar olhando para um de seus vizinhos do que mantendo os olhos fixos em categorias e processos históricos próprios da Europa (Prado, 2005).

Como se pode perceber, as periodizações são bastante diversas, tanto nos critérios que orientam a construção de

cada período e nos marcos históricos mobilizados para definir inícios e rupturas, como também nas concepções implícitas sobre o que constitui a Psicologia como campo. Ao mesmo tempo, para além dessas divergências metodológicas, a comparação permite identificar convergências substantivas entre as trajetórias dos dois países, bem como contrastes que iluminam especificidades nacionais que um olhar restrito a um único contexto dificilmente tornaria visíveis. Assim, a fim de sintetizar e oferecer uma comparação esquemática, foi elaborada a Tabela 1:

Tabela 1

Comparação das periodizações da História da Psicologia na Argentina e no Brasil

	Argentina	Brasil		
Período	Klappenbach (2006)	Pessotti (1988)	Antunes (1998)	Pereira & Pereira Neto (2003)
1500–1808	–	Pré-institucional	Colonial	–
1808–1832	–		–	
1832–1890	–		Século XIX	Pré-profissional
1890–1916	Psicologia Clínica, Experimental e Social	Institucional	Autonomização	Profissionalização
1916–1930	Psicologia Filosófica		–	
1930–1934			–	
1934–1941	Psicotécnica e Orientação Profissional	Universitário	–	Profissional
1941–1962			–	
1962–1975			–	
1975–1984	Discussão sobre Papel do Psicólogo e Psicologia Psicanalítica	Profissional	–	
1984–presente	Plena Institucionalização da Psicologia		–	

Uma primeira percepção que emerge da comparação é que a periodização de Klappenbach (2006) oferece uma descrição mais detalhada e completa do desenvolvimento da Psicologia na Argentina do que as periodizações brasileiras o fazem, o que se reflete no maior número de etapas. Enquanto Pessotti (1988) e Antunes (1998) iniciam sua cronologia com a circulação dos saberes psicológicos no período colonial e – assim como Pereira e Pereira Neto (2003) – abordam a produção médica no século XIX, Klappenbach (2006) inicia a periodização na última década do século XIX, quando da criação dos laboratórios experimentais, momento em que a psicologia já se apresenta como prática científica reconhecível.

Possivelmente, as diferenças mais profundas entre as quatro periodizações não residam nos recortes temporais adotados, mas nos critérios que organizam a narrativa histórica de cada autor; ou seja, como cada periodização concebe o que faz a Psicologia se mover de um estágio para outro?

Pessotti (1988) responde a essa pergunta pelo viés da institucionalização universitária. Os marcos que delimitam seus períodos – a criação das Faculdades de Medicina em 1832; as cátedras de Psicologia nas universidades após 1934 e a regulamentação profissional e do currículo

mínimo em 1962, com grande impacto na expansão dos cursos de graduação – são todos eventos ligados à institucionalização universitária da Psicologia. Assim, o impacto de eventos políticos e transformações sociais mais amplas é relegado a segundo plano – como a abolição da escravidão e a proclamação da República –, chegando a afirmar que “procurar nexos entre o desenvolvimento da Psicologia nesse período e as condições socioeconômicas do país implicaria ‘politizar’ à força um conjunto de obras cuja preocupação maior é acadêmica, científica” (p. 23). Paradoxalmente, ao abordar o período profissional, um fator político – o impacto da ditadura militar – é incorporado à análise: acreditamos que o motivo possivelmente seja o fato de o autor ter vivido diretamente este período, como testemunha da repressão governamental no cenário universitário no período.

Antunes (1998) ancora sua periodização na história social, articulando o desenvolvimento da Psicologia com os projetos políticos e econômicos dominantes em cada período abordado. Há ainda uma ênfase analítica, qual seja a centralidade do campo educacional como espaço privilegiado em que a Psicologia pode conquistar espaço para sua autonomização como campo científico. Sua periodização, porém, não ultrapassa 1930, o que não invalida suas contribuições. Pereira e

Pereira Neto (2003), por sua vez, são os únicos a explicitar um referencial teórico (a Sociologia das Profissões) e buscam responder não quando a psicologia se tornou uma ciência, mas uma profissão.

Por sua vez, Klappenbach (2006) adota uma lógica diferente das três propostas brasileiras: seus períodos são nomeados a partir dos conteúdos teórico-práticos que dominaram cada fase – psicologia clínica e experimental, psicologia filosófica, psicotécnica, psicologia psicanalítica. Sua narrativa consegue visibilizar tanto o desenvolvimento interno dos saberes e práticas que compõem o campo psicológico (considerando aspectos acadêmicos, profissionais, legais e institucionais), quanto suas articulações com o contexto político, cultural e institucional argentino, inclusive como marcos explicativos de transições entre os períodos. Uma particularidade da periodização argentina é o papel preponderante da psicanálise, que justificou a denominação de um período inteiro – “Discussão do Papel do Psicólogo e Psicologia Psicanalítica” (1962–1984) –, enquanto as periodizações brasileiras não visualizam protagonismo teórico de nenhuma vertente.

Para além das variadas opções metodológicas e dos diferentes objetivos e condições de realização dos trabalhos, a comparação entre as trajetórias argentina e brasileira revela convergências substantivas

que decorrem, sobretudo, de condições históricas compartilhadas. A primeira delas diz respeito à hegemonia da Psicologia francesa (mais do que a tradição psicofísica wundtiana) no período inicial de institucionalização da Psicologia experimental em ambos os países. Tanto o argentino Horacio Piñero quanto o brasileiro Manoel Bomfim estudaram em Paris com George Dumas (1866-1946). O protagonismo da medicina psiquiátrica e das escolas de formação de professores nessa circulação inicial da Psicologia também é um ponto em comum observado.

Uma segunda convergência diz respeito ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento da psicologia aplicada. Nos dois países, entre as décadas de 1930 e 1950, reformas educacionais, práticas de seleção, orientação profissional e psicotécnica foram induzidas no contexto das políticas governamentais de modernização, industrialização e racionalização do trabalho que foram empreendidas pelo varguismo (1930-1945/1950-1954), no Brasil, e pelo peronismo (1946-1955), na Argentina. Ambos os regimes possuíam perfil político semelhante: nacionalistas, desenvolvimentistas e com forte apelo às classes trabalhadoras urbanas, o que explica, em parte, o interesse convergente no uso da psicologia como instrumento de racionalização do trabalho e de integração

dos indivíduos às demandas de uma sociedade em acelerado processo de industrialização.

Uma terceira convergência de destaque é a centralidade da criação de cursos de graduação e da regulamentação legal da profissão como marcos estruturantes do campo. Em ambos os países, tais processos ocorrem nas décadas de 1950 e 1960: no Brasil, com os primeiros cursos de graduação a partir de 1953 e a regulamentação da profissão pela Lei 4119/1962; na Argentina, com as carreiras universitárias criadas entre 1954 e 1959, uma regulamentação restritiva em 1967 que autorizava aos psicólogos à atividade psicométrica, mas não a psicoterapia (privativa dos médicos), seguida – após a redemocratização – da plena regulamentação legal do exercício profissional em 1985. Apesar das diferenças de trajetória, os dois países atravessaram um processo semelhante de institucionalização profissional em um intervalo de tempo próximo.

Observa-se, ainda, o efeito direto das respectivas ditaduras militares sobre a institucionalização do campo psicológico, ainda que haja aqui diferenças. Na ditadura argentina (1976-1983), uma repressão intensiva levou ao fechamento de cursos, perseguição de docentes e profissionais, censura intelectual e desarticulação institucional. Na ditadura brasileira (1964-

1985), observa-se uma atitude ambivalente em que a perseguição a professores, estudantes e profissionais conviveu com uma onda de investimentos estatais na pesquisa científica e com um estímulo à proliferação do ensino superior privado – que contribuiu maciçamente para a difusão de uma cultura psicologizada e intimista entre as classes médias urbanas.

Se a ditadura possui seus efeitos sobre a Psicologia, também a democracia deixa suas marcas: pode-se observar em ambos os contextos nacionais que a redemocratização ocorrida em meados da década de 1980 foi fundamental para que os debates sobre o papel sociopolítico da atividade profissional do psicólogo se traduzissem na ampliação de campos de inserção profissional e na proposição de novas lentes teóricas mais centradas nas condições de vida das camadas populares e em um olhar centrado nas particularidades sócio-históricas da subjetividade latino-americana.

Considerações finais

Periodizar não é apenas organizar cronologicamente fatos dispersos, mas construir uma narrativa sobre o que merece ser contado e a partir de qual perspectiva. Esta é a principal conclusão visibilizada a partir deste esforço de história comparada. As periodizações da psicologia na Argentina e no Brasil não são apenas

formas distintas de organizar uma mesma história, mas expressões não apenas de distintas perspectivas epistemológicas de cada autor, como também do grau de maturidade da investigação historiográfica em cada país no momento de produção de cada periodização – uma vez que a abrangência da periodização será diretamente impactada pelo acúmulo e variedade de conhecimento historiográfico sobre a Psicologia nas diferentes regiões de cada país.

Ao colocar tais periodizações em diálogo, o estudo comparado não dissolve suas diferenças, mas busca evidenciá-las, a fim de não apenas sublinhar que cada divisão da trajetória histórica em períodos é seletiva e atende a determinadas convenções, mas também de contribuir para uma compreensão mais situada e crítica do desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão na América Latina.

Diferentemente do trabalho de Klappenbach que apresenta um levantamento bastante abrangente e

diversificado, as três periodizações brasileiras são parciais em seu escopo e campo de análise. A nosso ver, isto se explica pelo fato de que esta é a mais recente das periodizações analisadas e pode contar com um maior escopo de informações historiográficas em sua elaboração, refletindo assim maior grau de profissionalização da pesquisa historiográfica em Psicologia na Argentina nos anos 2000 em comparação com o Brasil nos anos 1980-1990, sobretudo.

A nosso ver, uma periodização brasileira tão abrangente e centrada em um maior escopo de fatos históricos quanto a sua congênere argentina é uma tarefa a se realizar, o que constituiria uma valiosa contribuição não somente para a historiografia da Psicologia no Brasil, mas para outros estudos históricos comparados no continente.

Referências

- Amendola, M. F. (2014). História da construção do Código de Ética Profissional do Psicólogo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 660–685. <https://doi.org/10.12957/epp.2014.12559>
- Antunes, M. A. M. (1991). *O processo de autonomização da Psicologia no Brasil - 1890/1930: uma contribuição aos estudos em História da Psicologia* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Antunes, M. A. M. (1998). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC e UNIMARCO.
- Antunes, M. A. M. (2004) (Ed.). *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro, EdUERJ e CFP.
- Antunes, M. A. M. (2006). A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, 22, 79-94. <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43307>
- Antunes, M. A. M. (2011). Psicologia e educação no Brasil: Uma análise histórica. In R. G. Azzi & M. H. T. A. Gianfaldoni (Eds.), *Psicologia da educação* (Vol. 1, pp. 9-32). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barros, J. A. (2007). História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, 11(13), 7-21. <https://doi.org/10.53000/hs.v11i13.207>
- Barros, J. A. (2009). História comparada: Atualidade e origens de um campo disciplinar. *História Revista*, 12(2), 279-315. <https://doi.org/10.5216/hr.v12i2.5472>
- Beria, J. S.; Miranda, R. L.; Polanco, F. A.; & Degani-Carneiro, F. (2025). Between tangos and bossa novas: The education of psychologists in Argentina and Brazil, a comparative socio-historical approach. In: J. C. Ossa; A. M. Jacó-Vilela; & J. N. Cudina. (Eds.), *Professional Training of Psychologists* (pp. 47-75). Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-86083-6_4
- Bloch, M. (1993). *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Bloch, M. (1998). Por uma história comparada das sociedades europeias. In *História e historiadores* (pp. 119–150). Lisboa: Teorema. (Trabalho original publicado em 1928)
- Degani-Carneiro, F., Miranda, R. L., Batista, R. L. L., Vasconcellos, M. A. G. T. N., Torres, J. A., & Saraiva, F. T. (2022). Notas para uma história da institucionalização científico-profissional da Psicologia no Brasil. In F. Degani-Carneiro, T. H. de Lima, S. S. Fukusima, & A. V. B. Bastos (Eds.), *Entidades nacionais da psicologia brasileira: O FENPB e suas histórias* (Vol. 1, pp. 375–395). Brasília: CFP. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/livro_fenpb.pdf
- Klappenbach, H. (2006). Periodización de la psicología en Argentina. *Revista de Historia de la Psicología*, 27(1), 109-164. <https://journals.copmadrid.org/historia/art/dabd8d2ce74e782c65a973ef76fd540b>
- Klappenbach, H., & Jacó-Vilela, A. M. (2016). The future of the history of psychology in Argentina and Brazil. *History of Psychology*, 19(3), 229–247. <https://doi.org/10.1037/hop0000030>
- Kocka, J. (2014). Para além da comparação. *Esboços: histórias em contextos globais*, 21(31), 279-286. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2014v21n31p279> (Trabalho original publicado em 1993)

- Massimi, M. (1984). *História das ideias psicológicas no Brasil em obras do período colonial* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Pereira, F. M. (2003). *A inserção do psicólogo no hospital geral: A construção de uma nova especialidade* (Dissertação de mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia Em Estudo*, 8(2), 19–27. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200003>
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 17-31). Edicon, EDUC, Scientia et Labor. http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf
- Pessotti, I. (2004). Dados para uma história da psicologia no Brasil. In M. A. M. Antunes, (Org.). *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. (pp. 121-137). Rio de Janeiro, EdUERJ e CFP. (Trabalho original publicado em 1975)
- Piñeda, M. A., & Jacó-Vilela, A. (2014). Ciencia psicológica y profesionalización en Argentina y Brasil: 1930-1980. *Universitas Psychologica*, 13(5), 2015-2033. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy13-5.cppa>
- Piñeda, M. A., & Batista, R. L. L. (2026). Neoscholastic Psychology. In Teo, T. (Ed.). *The Palgrave Encyclopedia of Theoretical and Philosophical Psychology*. Cham: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-70581-6_366-1
- Prado, M. L. C. (2005). Repensando a história comparada da América Latina. *Revista De História*, 153, 11-33. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i153p11-33>
- Vasconcellos, M. A. G. N. T. (2017). *História da psicologia jurídica no Brasil e na Argentina: Um estudo comparado entre Eliezer Schneider e Plácido Horas* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15182>

Fecha de recepción: 26 de abril de 2026

Fecha de aceptación: 07 de julio de 2026